



CÂMARA MUNICIPAL

# **PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE  
PROJETOS DE VIAS E INFRAESTRUTURAS

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Proc. Nº 1050/DCP/2023

## ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
Cláusula 1ª - Objeto .....	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato .....	4
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	5
Secção I - Obrigações do adjudicatário .....	5
Cláusula 4.ª - Prestação de serviços .....	5
Cláusula 5ª - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais .....	5
Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços .....	6
Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário .....	6
Cláusula 8ª - Responsabilidade .....	6
Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo .....	7
Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo .....	7
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais .....	7
Cláusula 11ª -Gestor do Contrato .....	7
Cláusula 12ª - Preço contratual .....	7
Cláusula 13ª - Preço base.....	8
Cláusula 14ª - Condições de pagamento.....	8
Cláusula 15ª - Adiantamentos.....	9
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	9
Cláusula 16ª - Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	10
Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário .....	10
Cláusula 19ª - Força maior .....	11

Capítulo IV - Resolução de litígios .....	12
Cláusula 20ª - Foro competente .....	12
Capítulo V - Disposições finais.....	12
Cláusula 21ª – Caução e Seguros .....	12
Cláusula 22ª - Publicidade .....	12
Cláusula 23ª - Comunicações e notificações .....	12
Cláusula 24ª - Contagem dos prazos .....	13
Cláusula 25ª - Legislação aplicável .....	13
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	13
Cláusula 26ª – Programa preliminar.....	13

## PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração de projetos de vias e infraestruturas.

#### Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo Contraente Privado e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.
3. Para efeitos da autorização prevista no número 1:
  - a) Devem ser apresentados pelo cessionário ou subcontratado todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
  - b) O Contraente Público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
4. Nos casos de incumprimento, pelo co-contratante, das suas obrigações, este deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.
5. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do fornecimento.

#### Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e rege-se:

- a) Pelas cláusulas dele constantes;
- b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;
- c) Pelo disposto no Código dos contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e legislação aplicável aos bens postos a concurso.

**2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:**

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.

**3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.**

## **Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do adjudicatário**

#### **Cláusula 4.ª - Prestação de serviços**

- 1.** O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
- 2.** O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419ºA do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido no nº 13 do artigo 42º do mesmo código.
- 3.** A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

#### **Cláusula 5ª – Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais**

O adjudicatário assegura que cumpre com a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e, em particular:

- a) Assegura que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos termos do RGPD;

- b) Assegura que, no âmbito dos serviços a prestar, objeto do presente contrato, adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
- c) Assegura a capacidade de prestar a necessária assistência à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados, sem prejuízo da necessidade da sua conservação, durante o prazo, legalmente fixado ou por esses serem necessários em processo judicial ou em execução de norma especial;
- d) Garante mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Garante capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28.º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à Entidade Adjudicante, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços objeto do contrato e decorrido o prazo para a sua conservação.

## **Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços**

1. O contrato que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência na data de envio da requisição da Câmara Municipal de Cascais.
2. O prazo máximo de vigência do contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, incluindo sábados, domingos e feriados, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
3. O contrato cessa automaticamente quando forem faturados os valores constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

## **Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário**

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (Divisão de Infraestruturas e Vias) através do gestor do contrato conforme cláusula 11ª deste caderno.
2. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.

## **Cláusula 8ª - Responsabilidade**

1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pela prestação de serviços contratada, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.
2. O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação do serviço, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.

3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à prestação do serviço.

## **Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais**

### **Cláusula 11ª - Gestor do Contrato**

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

### **Cláusula 12ª - Preço contratual**

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.

**3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:**

- a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
- b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
- c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
- d) Encargos com telecomunicações e correios;
- e) Tradução de documentos;
- f) Reprodução de documentos;
- g) Equipamento e consumíveis de escritório.

**4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.**

**Cláusula 13ª - Preço base**

**1. O valor contratual máximo para a prestação dos serviços é de 500.000,00 € (quinhentos mil euros), tendo em conta os preços base unitários por m2 conforme a seguir descritos, totalizando o valor de 6,45 € (seis euros e quarenta e cinco cêntimos):**

- a) Levantamento Topográfico – 0,50 €/m2;
- b) Projeto Rodoviário – 1,80 €/m2;
- c) Projeto de Drenagem Pluvial – 0,65 €/m2;
- d) Projeto de Rede de Abastecimento de Águas – 0,75 €/m2;
- e) Projeto da Rede de Águas Residuais Domésticas – 0,35 €/m2;
- f) Projeto de Sinalização e Segurança – 0,25 €/m2;
- g) Projeto de Infraestruturas Elétricas – 0,65 €/m2;
- h) Projeto de Telecomunicações – 0,40 €/m2;
- i) Espaços Exteriores – 0,70 €/m2;
- j) Plano de Segurança e Saúde – 0,40 €/m2.

**2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado.**

**3. O preço base atrás mencionado foi definido tendo em conta a experiência e o conhecimento dos preços praticados no mercado, valores referentes à adjudicação de anteriores contratos de teor e complexidade semelhantes.**

**Cláusula 14ª - Condições de pagamento**

**1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante**



no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.

2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.

## **Cláusula 15ª - Adiantamentos**

No âmbito do presente procedimento não há lugar a adiantamentos.

## **Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução**

### **Cláusula 16ª - Penalidades contratuais**

1. Pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir ao prestador dos serviços o pagamento de uma sanção pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços solicitados, e por causa imputável ao prestador dos serviços, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual correspondente à fase em questão.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.
5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
6. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **Cláusula 17ª - Resolução por parte da Câmara Municipal**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.
8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

## **Cláusula 18ª - Resolução por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex. vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

## **Cláusula 19ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **Capítulo IV - Resolução de litígios**

### **Cláusula 20ª - Foro competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V - Disposições finais**

### **Cláusula 21ª – Caução e Seguros**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 22ª - Publicidade**

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

### **Cláusula 23ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

## **Cláusula 24ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

## **Cláusula 25ª - Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

## **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

### **Cláusula 26ª – Programa preliminar**

#### **1. INTRODUÇÃO**

O presente programa preliminar tem por objetivo definir as cláusulas técnicas a incluir na sequência do procedimento para aquisição de serviços de elaboração de Projetos de Execução de Vias e respetivas Infraestruturas no Concelho de Cascais.

#### **2. OBJETIVOS**

O objeto do contrato consiste na elaboração de Projetos de Execução de Vias e Infraestruturas, necessárias a execução de obras de acordo com a regulamentação em vigor, no Concelho de Cascais.

Os estudos devem ser elaborados de acordo com o especificado na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, o Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Cascais (RUEM) em vigor à data da sua elaboração e demais legislação aplicável.

As especialidades a entregar são:

- Levantamento topográfico
- Estudos geológicos e geotécnicos
- Levantamento de todas as redes de infraestruturas existentes;
- Projeto Rodoviário (traçado e pavimentação de arruamentos e vias de circulação pedonal e ciclável, incluindo muros de suporte ou vedação se necessário)
- Plano de Acessibilidades (percursos acessíveis conforme Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, na sua versão atual)
- Plano de Recolha de Lixos;
- Drenagem Pluvial (inclui obras relacionadas em betão armado - aquedutos, pontões, etc. se necessário)
- Águas Residuais Domésticas (de acordo com indicações das AdC- Águas de Cascais)
- Rede de Abastecimento de Águas, incluindo Rede de Incêndio se necessário (de acordo com indicações das AdC)

- Sinalização e Equipamentos de Segurança (horizontal, vertical, luminosa e informativa)
- Rede Elétrica e Iluminação Pública
- Telecomunicações
- Espaços Exteriores, incluindo levantamento fitossanitário;
- Rede de Gás (na ótica de serviços afetados)
- Plano de Segurança e Saúde em fase de Projeto (PSS), conforme Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de outubro.
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição nos termos da legislação aplicável (PPGRCD)

### 3. ELEMENTOS A FORNECER PELO MUNICÍPIO DE CASCAIS

O Município de Cascais, para além dos elementos constantes dos Termos de Referência do Concurso de Conceção fornecerá, se necessário, todas as informações disponíveis com relevância para a elaboração dos projetos.

O Município de Cascais proporcionará, sempre que possível, apoio ao prestador de serviços, tomando as diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto.

### 4. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

A partir da data de início da prestação de serviços acordada com a CMC, o projetista deverá apresentar as seguintes fases do projeto com o prazo máximo seguinte:

#### 4.1 – FASE DE ESTUDO PRÉVIO

O Estudo Prévio deverá ser constituído pelos seguintes elementos:

Peças escritas:

- Memória descritiva
- Cálculos ou outros elementos adicionais necessários para a boa compreensão das peças desenhadas

Peças desenhadas:

- Traçado em planta na escala 1/1000
- Perfil longitudinal na escala 1/100 com marcação de todas as soleiras existentes
- Perfis transversais nas zonas de soleira para verificação da viabilidade
- Perfis transversais tipo

- Pré dimensionamento da solução de drenagem (viabilidade)
- Proposta preliminar de sinalização horizontal e vertical e eventuais condicionamentos para análise (planta).

Relativamente à especialidade de Espaços Exteriores deverão nesta fase ser apresentados os seguintes elementos:

Peças escritas:

- Memória Descritiva e Justificativa – O projeto de Espaços Exteriores a apresentar deve ser elaborado, tendo como objetivo a caracterização da área de intervenção no que respeita a:
- Inserção contextual e relações funcionais/interações com a envolvente
- Vegetação existente dentro do limite de intervenção e na envolvente direta, sua identificação, dimensionamento e estado fitossanitário
- Enquadramento regulamentar da área de intervenção e outras condicionantes à intervenção (ex. estruturas/muros a demolir, acessos, ligações pedonais existentes e respetivas cotas de implantação, lotes por construir e respetivas cotas de implantação)
- Síntese de condicionamentos devido a infraestruturas existentes e a construir (ex. contentores ecológicos da Cascais Ambiente).

Peças desenhadas:

- Plano Geral à escala 1:500 ou superior, indicando os pormenores necessários à compreensão da proposta tanto da solução programática como da situação construtiva correspondente (definição das opções construtivas fundamentais, nomeadamente os sistemas vegetais, hidráulicos, pavimentos e inertes; diagrama de drenagem de águas pluviais, zonas verdes com o tipo e distribuição da vegetação, mobiliário urbano, equipamentos, etc.).
- Cortes, perspetivas, perfis e alçados das soluções preconizadas, a escalas e que elucidem a proposta em termos genéricos.

Para todo o Estudo Prévio em geral:

As peças escritas deverão ser apresentadas em formato compatível com Word/Excel/Pdf e as peças desenhadas em formato compatível com CAD-Dwg/Dwf.

Após a entrega do Estudo Prévio, o prazo será suspenso até à notificação por parte da C.M.C. da solução a adotar. O projetista deverá proceder às correções que lhe forem solicitadas no menor prazo possível de acordo com as instruções da CMC.

## 4.2 – FASE DE LICENCIAMENTO

Após a aprovação do traçado em fase de Estudo Prévio deve ser iniciada uma fase intermédia destinada a licenciamentos. Esta fase decorre paralelamente ao projeto de execução em que serão consideradas apenas as especialidades de Infraestruturas Elétricas.

## Infraestruturas Elétricas:

Deverá ser entregue no prazo definido, projeto de licenciamento completo, composto por:

Peças escritas:

- Memória Descritiva e Justificativa, incluindo Estudo Luminotécnico
- Condições Técnicas

Peças desenhadas:

Cada uma deve respeitar a respetiva especialidade, nomeadamente rede de média tensão, baixa tensão e IP. Devem estar incluídos todos os pormenores e desenhos necessários. Caso se encontre em condições serão os elementos enviados à E-REDES.

## 4.3 – FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

(Deve atender-se à especificidade de cada intervenção e das especialidades que sejam necessárias a cada projeto)

Especialidades a apresentar:

- Levantamento topográfico
- Estudos geológicos e geotécnicos
- Levantamento de todas as redes de infraestruturas existentes;
- Projeto Rodoviário (traçado e pavimentação de arruamentos e vias de circulação pedonal e ciclável, incluindo muros de suporte ou vedação se necessário)
- Plano de Acessibilidades (percursos acessíveis conforme Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto)
- Plano de Recolha de Lixos;
- Drenagem Pluvial (inclui obras relacionadas em betão armado - aquedutos, pontões, etc. se necessário)
- Águas Residuais Domésticas (de acordo com indicações das AdC)
- Rede de Abastecimento de Águas, incluindo Rede de Incêndio se necessário (de acordo com indicações das AdC)
- Sinalização e Equipamentos de Segurança (horizontal, vertical, luminosa e informativa)
- Rede Elétrica e Iluminação Pública
- Telecomunicações
- Espaços Exteriores, incluindo levantamento fitossanitário;



- Rede de Gás (na ótica de serviços afetados)
- Plano de Segurança e Saúde em fase de Projeto (PSS), conforme Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de outubro.
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição nos termos da legislação aplicável (PPGRCD)

Após a entrega dos projetos, o projetista deverá corrigir todos os aspetos que forem impostos pelas entidades concessionárias licenciadoras, nomeadamente Águas de Cascais, E-REDES, Telecomunicações e outras que se venham a tornar necessárias.

Deverá também corrigir os aspetos decorrentes dos pareceres internos da CMC.

Estas correções deverão ser efetuadas nos prazos acordados com a CMC em reunião própria, não devendo nunca exceder os 15 dias úteis.

Eventuais erros e omissões verificados no projeto de execução deverão ser objeto de retificação em prazo a acordar.

Esta fase deverá incluir, sem prejuízo dos elementos constantes na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto e do Art.43 do D.L. 18/2008 de 29 de janeiro e demais legislação aplicável, os seguintes elementos:

Peças Escritas:

- Memória Descritiva e Justificativa, onde deverão integrar as respetivas verificações de cálculos, consoante a especialidade e quando aplicável
- Mapas de Medições, Trabalhos e Orçamento, dando a indicação da quantidade e qualidade dos trabalhos necessários para a execução das obras, devendo ser adotadas as normas portuguesas em vigor. Deverá ser apresentado como uma peça única, com artigos sequenciais, referente a todos os projetos separados por capítulos
- Eventuais condições técnicas especiais do Caderno de Encargos.

O projetista deverá elaborar o Mapa de Medições e Orçamento de acordo com o articulado-tipo a fornecer pela CMC, adaptado e completado caso a caso para cada projeto.

As quantidades deverão ser devidamente justificadas se necessário através de peça desenhada para posterior confirmação por parte da CMC e nunca medidos em "VG".

Sempre que, em qualquer peça constituinte do projeto, se faça referência a marcas, modelos ou soluções técnicas comerciais, a menção em causa deverá ser acompanhada da expressão "ou equivalente".

## Peças Desenhadas:

- Planta do levantamento topográfico á escala 1/500 ou 1/200 conforme a dimensão do trabalho num sistema de coordenadas ligadas à rede geodésica nacional
- Planta de localização á escala 1/5000 ou 1/2000
- Planta Geral de Intervenção/Planta Síntese
- Planta de Intervenção/alteração da Situação Existente, incluindo demolições ("amarelos e vermelhos")
- Planta de Piquetagem num sistema de coordenadas ligadas à rede geodésica nacional com a indicação das coordenadas do eixo, lancis nos pontos de tangencia, na bissetriz das curvas e nos ângulos retos com intervalos máximos de 10 metros e em todos os pontos notáveis
- Planta de Pavimentação com referência aos pormenores estruturais do pavimento
- Planta das Bacias Hidrográficas
- Planta de Saneamento com indicação da rede pluvial, rede doméstica (na ótica de serviços afetados), sentido do escoamento, diâmetro e locais de ligação à rede existente. Esta deve estar representada topograficamente, não se aceitando por isso caixas tamponadas ou meras indicações de ligação á rede existente
- Planta de Abastecimento de águas com esquema de nós, características de tubagens e diâmetros. Para obtenção de elementos deverão os projetistas consultar a empresa Águas de Cascais
- Planta de implantação dos sinais verticais e luminosos, com nomenclatura dos mesmos
- Planta de implantação dos sinais de indicação (direção, identificação de localidade, informação)
- Planta de implantação de marcas rodoviárias com dimensionamento, cor e locais de cargas e descargas ou/e paragem de autocarros para tomada e largada de passageiros
- Planta de conjunto com legenda dos sinais
- Planta de pormenores, nomeadamente das hastes, suportes e sistema de semaforização (báculos)
- Planta de Acessibilidades
- Perfis longitudinais dos arruamentos á escala mais conveniente. Deverão ser marcadas todas as soleiras existentes
- Perfis longitudinais dos coletores com indicação das alturas das caixas, cotas de soleira, bem como a marcação de atravessamento de outros coletores ou condutas
- Perfis transversais com indicação da cota do terreno e cota da rasante
- Perfis transversais tipo com a estrutura do pavimento e pormenores relevantes
- Desenhos pormenorizados dos muros, aquedutos ou obras de arte que existam no projeto (plantas, perfis, cortes e pormenores)
- Pormenores de caixas de visita dos diversos tipos utilizados, sumidouros, valas para assentamento de coletores e condutas e todos os pormenores necessários á correta implementação da obra.

Para além destas peças deverá ainda ser apresentado:

- Projetos de estruturas, contendo todos os pormenores necessários á sua execução
- Projeto de Eletricidade (BT e MT) e Rede de Iluminação Pública em volume separado
- Projeto de Telecomunicações (ITUR)
- Projeto de Arranjos dos Espaços Exteriores
- Plano de Segurança e Saúde
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

As peças escritas deverão ser apresentadas em formato compatível com Word/Excel/PDF e as peças desenhadas em formato compatível com CAD-DWG/DWF.

Em fase de Projeto de Execução, todos os projetos que o constituem, bem como os estudos, relatórios ou planos a entregar, deverão ser acompanhados dos seguintes elementos:

- Termo de Responsabilidade dos autores, com menção ao cumprimento de toda a legislação aplicável e eventual descrição das normas técnicas ou regulamentos em vigor que não tenham sido observadas na elaboração dos mesmos, fundamentando as razões da sua não observância, nas exceções previstas na lei;
- Certidão comprovativa da validade da inscrição na Ordem ou Associação Profissional;
- Fotocópia do documento de identificação dos autores dos projetos;
- Cópia da apólice do seguro de responsabilidade civil dos autores dos projetos

## 5. CONDICIONANTES

### 5.1 – TRAÇADO

O traçado deverá ser o adequado às áreas de intervenção em causa.

### 5.2 – PERFIL TRANSVERSAL TIPO

O perfil transversal será o que resultar do espaço disponível e adaptado á reformulação que se pretende para cada local.

### 5.3 – REDES DIVERSAS

Todas as redes projetadas deverão ser objeto de ligação a redes existentes, não se aceitando troços tamponados, ou meras indicações de ligação á rede existente, mesmo que tal signifique alargar a área de intervenção do projeto.

Os cadastros deverão ser solicitados diretamente às entidades concessionárias. Caso exista algum obstáculo, poderá ser solicitada a intervenção da CMC. Não obstante, deverá ser efetuado o levantamento de todas as redes de infraestruturas existentes.

## 5.3.1 – REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Esta especialidade será elaborada com base nas informações das AdC, após reunião a efetuar com esta entidade, no início do projeto.

De modo geral deverão ser consideradas as seguintes indicações:

- Serão substituídas as redes existentes em fibrocimento por redes equivalentes em PEAD PN 10.
- Redes que por circunstâncias diversas fiquem sob a faixa de rodagem, devem ser reposicionadas para o passeio a executar. O mesmo se passa sempre que o recobrimento final seja anti-regulamentar.
- Onde não exista rede, esta deve ser executada, tal como ramais para os terrenos que ainda não os possuam.
- Prever redes provisórias para manter o abastecimento de água à população durante a execução da obra.
- Os ramais domiciliários deverão ser substituídos até ao contador.
- Deverá ser contabilizada a entrega de telas finais de acordo com o exigido pelas Águas de Cascais.

## 5.3.2 – REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS

De igual modo esta especialidade será elaborada com base nas informações das AdC, após reunião a efetuar com esta entidade, no início do projeto.

De modo geral deverão ser consideradas as seguintes indicações:

- A rede em fibrocimento deverá ser toda substituída por PVC de diâmetro mínimo 200 mm, bem como os ramais domiciliários até ao limite das propriedades. O serviço ao cliente deverá ser mantido em funcionamento durante a execução da obra.
- Execução de coletor e ramais para os terrenos que ainda os não possuam e onde se prevejam futuras construções.
- Devem ser apresentados todos os cálculos hidráulicos e hidrológicos necessários.
- Deverá ser contabilizada a entrega de telas finais de acordo com o exigido pelas Águas de Cascais.

## 5.3.3 – REDE DE ESGOTOS PLUVIAIS

Deverá ser calculada toda a rede proposta, drenando todas as bacias que á via convergem, inclusive a de outros coletores.

É fundamental a apresentação de planta das várias bacias hidrográficas bem como todos os cálculos envolvidos na determinação dos diâmetros.

Os diâmetros mínimos a utilizar serão de 400mm em coletores de betão ou PVC e 300mm ou 315mm em sumidouros, caso se trate de betão ou PVC.

#### 5.3.4 – REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Deverá ser apresentado estudo luminotécnico da via e dos principais cruzamentos e entroncamentos.

Devem ser projetadas redes subterrâneas em ambos os lados da via quando se justifique, incluindo a interligação às redes subterrâneas existentes.

Deverão ser consideradas as ligações necessárias às redes existentes nos arruamentos confinantes.

Nos arruamentos adjacentes, quando as redes forem aéreas deverão ser consideradas subidas ao poste mais próximo do arruamento.

Deverá ser levado em consideração as indicações do Concessionário.

#### 5.3.5 – REDE DE ALTA/MÉDIA TENSÃO

Deverão ser compatibilizadas as redes existentes com os novos traçados para cada rua.

Deverá ser levado em consideração as indicações do Concessionário.

#### 5.3.6 – REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Devem ser projetadas redes subterrâneas, em ambos os lados da via quando se justifique, incluindo a interligação às redes subterrâneas existentes.

Nos arruamentos adjacentes, quando as redes forem aéreas deverão ser consideradas subidas ao poste mais próximo do arruamento.

Deverá ser levado em consideração as indicações do Concessionário.

### 5.3.7 – REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

Deverá ser executado projeto para passagem para o subsolo da rede aérea de telecomunicações existente de acordo com orientações da operadora proprietária desta rede.

Deverá ser considerada a passagem para o subsolo dos atuais ramais cliente aéreos, avaliando caso a caso, de acordo com as condicionantes de cada propriedade, tendo em atenção as acessibilidades, extensão do ramal e características dos materiais existentes a repor.

A rede de telecomunicações deverá ser separada da rede particular no limite da propriedade através de caixa a definir pela operadora proprietária desta rede.

### 5.3.8 – REDE DE GÁS

Caso se verifique a existência de rede de gás, o projetista deverá efetuar os trabalhos necessários á compatibilização das redes existentes com o novo traçado e eventualmente perfil da via, de acordo com as indicações da concessionária e da Câmara Municipal de Cascais. (serviços afetados).

## 5.4 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

A sinalização horizontal e vertical será efetuada segundo as normas legais em vigor tendo em conta os eventuais aspetos particulares a indicar pela Câmara Municipal de Cascais.

Na memória descritiva deverão constar os critérios de sinalização tomados com base na respetiva legislação (Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de outubro), dimensionamento de sinais verticais e marcas rodoviárias, suas localizações adequadas atendendo às acessibilidades.

Além da sinalização horizontal e vertical diretamente relacionada com a eficácia da circulação automóvel, deverá o projetista proceder à sinalização indicativa de ligações a aglomerados, monumentos ou vias de interesse.

## 5.5 – ARRANJOS EXTERIORES

De um modo geral, entende-se que quando o arruamento tenha o perfil que possibilite a arborização, de forma contínua ou pontual, em caldeira, deverá ser tratado com esse tipo de plantação, complementado com manchas arbustivas, subarbustivas, herbáceas e sementeiras, onde as áreas tenham dimensão que justifique o investimento em redes de rega.

A introdução de material vegetal deverá ser feita respeitando-se os compassos inerentes ao crescimento previsto para cada espécie, utilizando-se vegetação autóctone ou característica da nossa região e adaptada às condições edafoclimáticas de cada local, garantindo o método de rega mais adaptado a cada situação, evitando-se as escorrências ou arrastamento de água para o pavimento pelos ventos.

Deve respeitar o regulamento municipal de proteção de árvores.

Inclui-se nesta especialidade todos os trabalhos decorrentes do tratamento das áreas em questão, tais como muros ou outras estruturas, iluminação, rede de águas, saneamento, etc.

O projeto deve ser instruído das necessárias peças escritas, memória descritiva, caderno de encargos, características dos materiais e modo de execução dos trabalhos, medições e orçamentos e peças desenhadas com grafismos e escalas adequadas à perfeita compreensão da proposta e também o levantamento fitossanitário.

## 5.6 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

O PSS deverá ser elaborado com base nos termos da legislação aplicável estabelecidos na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro na sua versão atual, e mais concretamente no clausulado do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e Portaria n.º 101/96 de 3 de abril, relativos às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar em estaleiros temporários ou móveis.

## 5.7 – PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

A executar nos termos da legislação aplicável L 102-D/2020 de 10 de dezembro, e DL 102-D/2020 de 10 de dezembro).

## 6. ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

O acompanhamento do projeto entre a C.M.C. e o Gabinete Projetista será efetuado por intermédio de um programa de reuniões e comunicações cuja versão mínima será:

1ª Reunião:

Fase: Após o conhecimento da “contratação” (início dos trabalhos).

Objetivos:

- Apresentação da equipa projetista e esclarecimento das dúvidas relativas ao processo;
- Definição conjunta do plano de trabalhos – consistirá na adaptação do programa já existente à realidade do calendário. São fixadas as datas de entrega do projeto;
- Prestar esclarecimentos sobre projetos de licenciamento e estabelecer a respectiva metodologia de trabalho;
- Nomeação do coordenador de segurança em projeto.

Fase de Projeto de Execução:

Após a entrega do Projeto de Execução, a CMC deverá, no prazo de 5 dias, acusar a receção do mesmo, dando conta de eventuais elementos em falta ou indicando a respetiva suspensão de prazo para parecer.

O parecer será efetuado e enviado ao projetista após o que se procederá à marcação da 2ª reunião:

2ª Reunião:

Fase: Após a entrega do Projeto de Execução e da emissão do respetivo parecer por parte da C.M.C.

Objetivos:

- Prestar esclarecimentos sobre o parecer da C.M.C relativamente ao mesmo, introduzindo as alterações a considerar (se as houver). Este parecer já foi previamente enviado ao projetista através de fax ou mail.
- Estabelecer metodologia para eventuais acertos e entrega final do trabalho. Devem ser estipuladas datas de entrega de elementos precisas.

Nota importante:

Sem prejuízo da data de entrega do projeto alterado, deverá o projetista, após a receção de qualquer relatório e no prazo de 5 dias úteis após a mesma, proceder à respetiva resposta aceitando ou não cada correção, justificando os casos de não concordância.

Para além destas reuniões a equipa projetista poderá ser contactada em qualquer altura pelo técnico coordenador da ação para os esclarecimentos julgados necessários.

O gabinete projetista poderá igualmente solicitar as reuniões que entenda necessárias para o esclarecimento de dúvidas.

## 7. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Estudo Prévio – Um exemplar completo em papel com as dimensões normalizadas, necessário para a sua reprodução, após a sua aprovação.

Projeto de execução – Um exemplar completo em papel com as dimensões normalizadas, necessário para a sua reprodução, após a sua aprovação.

Deverá igualmente ser entregue suporte digital contendo todas as peças escritas e desenhadas do projeto de execução. As peças escritas deverão ser apresentadas em formato compatível com Word/Excel/PDF e as peças desenhadas em formato compatível com CAD-DWG/DWF.



## 8. REVISÃO DOS PROJETOS

Os projetos elaborados no âmbito do presente contrato poderão ser objeto de revisão.

Quando os projetos forem sujeitos a revisão, o prestador de serviços deverá responder, sempre que lhe for solicitado, às questões /pedidos de esclarecimento em sede de revisão.

No caso de no processo de revisão resultarem propostas de alteração, no todo ou em parte, do conteúdo do projeto de execução, o prestador de serviços é responsável por decidir, mediante justificação detalhada, em documento elaborado para o efeito, se tais propostas de alteração devem ser acatadas.

A apreciação do prestador de serviços sobrepõe-se ao parecer do revisor do Projeto, salvo nos casos em que a CMC se oponha expressamente à decisão do cocontratante, circunstância em que prevalecerá a vontade desta última.

Compete ao prestador de serviços fornecer os projetos alterados de acordo com as conclusões do processo de revisão.

Os esclarecimentos e/ou as alterações indicadas nos pontos anteriores devem ser entregues pelo prestador de serviços no prazo definido para o efeito, a contar da data da notificação da Entidade Adjudicante.

O prestador de serviços será solidariamente responsável com a entidade revisora do Projeto, relativamente aos serviços por si prestados e que tenham sido objeto de alteração na sequência das conclusões do processo de revisão.

## 9. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A partir da data de início da prestação de serviços acordada com a CMC, para o acompanhamento da execução do contrato o projetista deverá manter com o dono da obra (seus representantes), sempre que lhe seja solicitado, reuniões de coordenação, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

A contagem do prazo para a elaboração de cada projeto e suas fases realiza-se no dia seguinte ao da indicação por escrito pela unidade orgânica responsável pela ação. O prazo será suspenso nas etapas de análise às fases de projeto, reuniões de trabalho com a equipa projetista e etapas de licenciamento em entidades exteriores a CMC.

O projetista deverá elaborar o Mapa de Medições e Orçamento de acordo com o articulado-tipo a fornecer pela CMC, adaptado e completado caso a caso para cada projeto.

As quantidades deverão ser devidamente justificadas se necessário através de peça desenhada para posterior confirmação por parte da CMC.

Eventuais erros e omissões verificados no projeto de execução deverão ser objeto de retificação em prazo a acordar. O não cumprimento deste prazo poderá originar a aplicação das penalidades contratuais descritas nas Disposições Finais deste Caderno de Encargos ou a rescisão do contrato por incumprimento do mesmo.

## 10. DIREÇÃO TÉCNICA DO PROJETO E CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PROJETISTA

A coordenação técnica dos estudos das equipas projetistas deverá ser obrigatoriamente assumida por um Eng.º Civil ou Eng.º Técnico Civil, com o mínimo de 5 anos de experiência em funções similares em projetos equivalentes e de dimensão semelhante, nas categorias de obras referidas no Caderno de Encargos, o qual passará a ser, para todos os efeitos inerentes ao projeto e suas consequências, o responsável do projeto perante a entidade promotora e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, tal como definido no artigo 8.º da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto e demais legislação aplicável.

A equipa projetista será necessariamente constituída, para além do Coordenador, por todos os elementos especialistas indispensáveis ao desenvolvimento do projeto, atendendo à especificidade de cada intervenção.

A equipa projetista referida no número anterior deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho republicada e alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018 de 14 de junho, e demais legislação aplicável quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.

A equipa projetista pode ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do Município de Cascais.

## 11. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, o prestador de serviços compromete-se a realizar todos os trabalhos de assistência técnica referidos na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, designadamente, a prevista nos seus artigos 9.º, 10.º e demais normativos aplicáveis à natureza do projeto e inclui a produção de quaisquer peças escritas e/ou desenhadas necessárias à compreensão do projeto ou esclarecimento dessas dúvidas, bem como a comparência do coordenador de Projeto ou de seu representante em todas as reuniões de obra (semanais), acompanhado dos projetistas das especialidades cuja execução já se encontre em curso.

A assistência técnica iniciar-se-á imediatamente após a entrega do projeto de execução e terminará com a receção provisória da obra, sendo que as telas finais deverão ser apresentadas 30 (trinta) dias antes da data da receção provisória da obra, se outro prazo não for, entretanto, definido e comunicado pela entidade pública adjudicante.

Durante a assistência técnica em fase de formação do contrato de empreitada, o prestador de serviços, deverá, no prazo máximo de 48 horas, responder a todos os esclarecimentos e fornecer todos os elementos solicitados pela entidade pública adjudicante.

## 12. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Quaisquer estudos ou tarefas não compreendidas na proposta aprovada ou nos projetos, tarefas e elementos previstos descritos anteriormente, serão considerados como trabalhos ou serviços complementares, e, portanto, serão objeto de aditamento ao presente contrato, por comum acordo entre as partes, nos termos do Art.º 454.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Não serão considerados trabalhos complementares a elaboração das Telas Finais, desde que não exista alteração substancial à proposta aprovada e adjudicada inicialmente pelo Município de Cascais.